

Ata da Primeira Sessão Extraordinária, do segundo ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezoito de março de dois mil e quatorze, às vinte horas e cinquenta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Romilson Nascimento Silva para proferir o seguinte texto: Livro da Sabedoria – Capítulo 7, versículos 7 a 9: “Por isso, eu supliquei e a Inteligência me foi dada. Invoquei, e o espírito da sabedoria veio até mim. Eu a preferi aos cetros e tronos e, em comparação com ela, considereei a riqueza como um nada. Não a comparei com a pedra mais preciosa, porque todo o ouro, ao lado dela, é como um punhado de areia. E junto dela, a prata vale o mesmo que um punhado de barro.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela Sessão fora previamente convocada para deliberação a respeito de matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foram apreciados os seguintes projetos: 1. Projeto de Lei nº 014/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre denominação de logradouro público (Avenida José Carlos Chiorato), na forma que especifica; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a” § 1º, do R.I.). O Sr. Presidente designou Vereador Adilson José Abracez como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinou a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 014/2014, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez que disse que só queria lembrar a todos que aquela matéria já havia passado pela Casa, era de iniciativa do Prefeito, tinha sido uma indicação dele para o José Carlos Chiorato, que tinha sido Vice-Prefeito municipal na gestão do Prefeito Pedro

Silvério Martins, o Dinho, e a matéria tinha sido vetada por um erro do próprio Executivo e ela continuava sendo a mesma e a pessoa que estava recebendo aquela homenagem era merecedora e aquela avenida quando pronta e integrada ao sistema viário de Jaguariúna, ia ser uma avenida muito importante que ia permitir que as pessoas que vinham de Pedreira saíssem lá no balão da Pinto Catão, na Rua Maranhão lá do Posto Ipiranga, então, ia ser uma obra muito boa quando estivesse concluída, e por isso ele pedia a aprovação pelo mérito do José Carlos Chiorato. A seguir, em votação o Projeto de Lei Nº 014/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre denominação de logradouro público (Avenida José Carlos Chiorato), na forma que especifica, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 2. Projeto de Lei nº 015/2014, da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do Art. 3º, da Lei nº 2.101, de 25 de junho de 2012; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a” § 1º, do R.I.) O Sr. Presidente designou o Vereador David Hilário Neto como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Decorrido o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinou a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 015/2014, pediu a palavra o senhor William de Souza Silva, que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que ele gostaria de saber se havia a possibilidade de esclarecer se estava escrito no projeto os valores e com a nova aprovação quanto passaram a vigorar os valores do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário, o Sr. Presidente disse que ele ia mesmo pedir para fazer a leitura naquele momento, mas como o Vereador pediu a ordem, ficou tudo no mesmo assunto. Assim, o Sr. Presidente determinou a leitura do Projeto de Lei nº 015/2014. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 015/2014, da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do Art. 3º, da Lei nº 2.101, de 25 de junho de 2012, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 3. Projeto de Lei nº 016/2014, da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre substituição do Anexo I, da Lei nº 2.146/2013, que versa sobre o quadro de servidores da Câmara Municipal; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a” § 1º, do R.I.). O Sr. Presidente designou o Vereador Romilson Nascimento Silva como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinou a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em discussão o

Projeto de Lei nº 016/2014, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos e perguntou se naquele projeto ia constar os dois por cento, porque ele tinha a preocupação de que pudesse acontecer alguma coisa com o Presidente, e o Sr. Presidente disse que chegaria, nos mesmos moldes, outro projeto na classe de dois por cento; o Sr. Fábio perguntou se, então, eles estariam garantindo também e o Sr. Presidente disse que ele esperava que sim; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva dizendo que o senhor Vereador tinha tirado da boca dele o que ele ia perguntar lá, ma, ainda bem que o Vereador teve toda a esperteza de fazer a mesma pergunta, e como não estava previsto eles iam depender do Presidente e pedia o apoio dos demais Vereadores para eles e se tivesse o aumento ele achava que os servidores da Câmara, os Vereadores, os assessores que, aliás ele aproveitava o momento para colocar para todos que, como havia uma discrepância, um enfraquecimento, cada vez que ele via mexer nos valores salariais do Executivo e da Câmara, eles tinham os valores, não utilizavam todo o Orçamento da Câmara, devolviam recursos para o Executivo, tinham os assessores, que ele via que a maioria deles, ele via que quase todos trabalhavam bastante em defesa do interesse público, estavam lá os representando, os apoiando no dia a dia e havia uma discrepância de reconhecimento naquela questão salarial, então, era o momento, ele conversava com vários Vereadores e na hora de discutir até com o Presidente da Mesa ele não via efetividade, então, aquele era o momento de discussão, ele via uma discrepância salarial, referente aos valores do Executivo e do Legislativo, então, ele não via lá, não tinha lá previsto, e poderiam colocar um projeto na Mesa, terem a opinião da Mesa para tentar, se houvesse alteração, quem sabia, tentar equiparar, e tentar esconder aquela faixa do Santo Expedito agradecendo pela graça alcançada; a seguir, o Sr. Presidente disse que ele só gostaria de ressaltar que a Câmara, através da Mesa Diretora propunha os projetos de aumento salarial de acordo com os índices do Executivo, eles não tinham a prerrogativa de aumentar além dos valores já previstos, e com relação aos valores dos subsídios dos assessores, aquilo já era votado há muito tempo atrás e os assessores sabiam dos valores dos subsídios e tinham de ser sujeitos à eles, qualquer mudança do valor tinha de ser bem discutido, porque já tinha um Tribunal de Contas atrás, então, ele voltava a dizer que a lei do aumento, do salário dos Vereadores, dos agentes políticos, era votada na legislatura anterior, eles recebiam aquilo como herança e somente poderiam majorá-los a partir dos índices destinados aos funcionários público e fora aquilo eles não poderiam fazer mais nada, então, se o Executivo, a partir de julho mandasse mais dois por cento, a Mesa diretora se reuniria e encaminharia o projeto dos aumentos dos

subsídios dos vereadores, prefeito e vice-prefeito e funcionários da Câmara Municipal; ele sugeriu que aumentassem somente os dos funcionários da Câmara Municipal e deixassem do prefeito, vice-prefeito e dos vereadores de fora, e lá ficava a sugestão dele, fora os dois por cento; em seguida, pediu novamente a palavra o senhor William de Souza Silva dizendo que ele agradecia a explicação do Presidente, porque tinha sido salutar e importante, mas também ele colocava e defendia mais uma vez a questão dos servidores, dos assessores, que havia a possibilidade, salvo engano, e se ele estivesse equivocado, ele queria que o corrigissem, mas das leituras que ele tinha feito, em outras legislações, dos acompanhamentos que ele tinha feito de outras Câmaras, e ele lamentava que não tinha nenhuma equiparação ao assessor um com a Prefeitura, então que tinham os assessores deles, salarialmente falando, desvalorizados, e ele achava que tinha o orçamento e se colocassem dentro do período de revisão orçamentária o recurso que eles não utilizavam o índice previsto pela Constituição que era previsto, colocado para a Câmara, colocarem aquelas questões que eram os valores e discutirem que era interessante ao menos chegar próximo para valorizar os assessores deles, tinham o orçamento e a previsão e não havia o que o Tribunal de Contas questionar, o trabalho de cada pessoa e ele não limitava, ele delimitava o quanto que cada pessoa tinha que receber, e era claro que tinha um parâmetro ético e objetivo de que ele não poderia ser superior a alguns cargos que utilizavam para elevar os salários, tinham algumas questões que, infelizmente, tinha sido bem colocadas pelo Presidente e que herdaram lá uma situação que há anos os Vereadores não mexiam nos salários, eles, Vereadores, não recebiam de acordo com o que era previsto pela Constituição Federal, que era um terço do salário dos deputados estaduais e federais, e eles não recebiam aquilo e ele ficava triste porque tinha vereador que tinha medo de mexer no salário e ele não tinha medo, ele fazia a parte dele e tinha a certeza e via lá que muitos também faziam, e ele não tinha medo de mexer em salário e ele achava que se a pessoa trabalhava como muitos servidores lá trabalhavam, eles tinham de defender, porque eles tinham de ser bem remunerados e darem a contrapartida para a sociedade, então, ele não tinha medo e se os vereadores anteriormente tiveram medo de dar aquela resposta e de sofrer pressão na sociedade, por mexer nos vencimentos deles, ele não tinha medo, e ele justificava no mandato dele, a contrapartida pelo que ele recebia, ele vivia apenas do que ele ganhava, ele justificava o que ele tinha pelo que ele ganhava e ele não tinha medo de mexer no salário do vereador, e ele estava à disposição dos vereadores e se tivesse que prestar contas para a sociedade, e ele até aproveitava o momento, porque ele viu uma possibilidade de fazer discurso

no judiciário, uma brecha que foi deixada pela presidência anterior e pelos vereadores da legislatura passada e que havia uma possibilidade de discutir junto com o judiciário e se haveria a possibilidade de mexer no salário ou não, então, ele tinha colocado lá a manifestação dele referente àquela discrepância salarial e aquela não utilização dos recursos que eles tinham direito, principalmente, na questão salarial, e agradeceu a atenção de todos; em seguida, fez uso da palavra o senhor Gerson Antonio, que cumprimentou a todos e disse que ele tinha achado bonito da parte dele de falar sobre o aumento dos Vereadores, então ele queria trocar uma ideia lá com o Presidente para que ver qual era o valor que ele ganhava a mais, por lá, se todos eram Vereadores, as outras Câmara que ele visitava os Vereadores tinham o mesmo salário, então ele tinha de ganhar um pouco menos, para ficar igual a eles, daí acabava sobrando um pouco a mais para todos lá; o Sr. Presidente pediu um aparte e perguntou ao Sr. Gerson se ele queimava dinheiro e o Sr. Gerson disse que ele não queimava dinheiro; então, o Sr. Presidente disse que assim como o Sr. Gerson, ele também não queimava dinheiro, e que eles estavam falando do aumento e que no próximo aumento de dois por cento dos Vereadores, então, que entendessem bem, e que até aquele momento ele não era louco; o Sr. Gerson disse que ele estava visitando outras Câmaras e que o salário de Vereador, tanto de Vereador como Presidente era o mesmo, e que não tinha nenhuma Câmara lá, só em Jaguariúna que era daquele jeito; o Sr. Presidente disse novamente que aquilo tinha sido uma herança da legislatura passada, da qual o Sr. Gerson tinha participado também, (naquele momento o Sr. Gerson disse que não havia participado e o Sr. Presidente questionou se ele ainda não estava Vereador na Casa), e continuou dizendo que era da votação do subsídio dos Vereadores (pediu desculpas por ter achado que o Sr. Gerson havia participado) e disse que ele e o Vereador Fabinho estavam lá e tinha sido seis meses antes do pleito eleitoral e a Câmara naquele momento não tinha a menor condição em discutir salário, principalmente, dos Vereadores, de tão difamada que estava a Casa, por inúmeras questões que lá aconteceram e disse que eles estavam discutindo um salário lá que, muitos lá fora, achavam que era muito o salário deles, eles sabiam disso, eles estavam aquém do limite constitucional e o nobre Vereador tinha falado de trinta por cento e era um terço do que ganhava um deputado e não chegava a um terço, então, era quase um terço, e ele voltava a dizer que, na opinião, dele era um salário condizente com o trabalho deles como Vereador, como qualquer salário condizente, e ele tinha se sujeitado a ele e ele estava lá, realmente, sendo remunerado para aquilo, como Presidente e como Vereador, disse ao nobre Vereador que ele achava que tinham de ter o

respeito com aquilo que eles estavam discutindo lá, e que muita gente achava que eles ganhavam muito, e ele como Presidente não fazia ideia de quanto era a mais, mas ele achava que o dele era em torno de cinco mil reais e que os demais Vereadores era de quatro mil e quatrocentos, e só os números reais que estavam lá que eles iam discutir ainda, e eles não tinham mecanismos jurídicos de aumentar aqueles salários, a não ser aquelas majorações que eles estavam discutindo que eram próximos, e que o valor, atualmente, era quatro mil cento e oitenta e quatro, ele voltava a dizer porque a turma achava que eles ganhavam muito mais do que aquilo, e que todo mundo ganhava aquilo, não ganhava mais nada além daquilo, e todo mundo era ciente daquilo, e o nobre vereador Adilson tinha o seu valor líquido na faixa de três mil quatrocentos e oitenta e nove reais, e ia para quatro mil e quatrocentos e o do Presidente ia para cinco mil e quatrocentos, se ele não estivesse enganado, ao modo de pensar dele era condizente e cabia aos Vereadores no final do mandato, discutirem novamente os valores para a próxima legislatura, daí sim pleitear o valor próximo do que era os trinta por cento dos deputados, e se o Município passasse de cinquenta mil habitantes, já não era mais trinta por cento, era quarenta por cento, então aquilo se multiplicava em recursos e cabia à Câmara decidir aquilo através do voto do Plenário; disse que aquela Câmara Municipal ela teria direito a ter até oito por cento do valor do orçamento municipal destinado a ela, de seis a sete, dependendo do limite de população, e até aquele momento, por todos os Presidentes que tinham passado pela Câmara, eles não gastaram mais do que dois por cento, não chegava a dois por cento, então a Câmara, quando ele falava que devolvia recursos, eles deixavam de arrecadar um recurso maior que estaria sendo utilizado em outras áreas, que ele estaria sendo muito bem utilizada por todos aqueles prefeitos que pelo Município passaram, em detrimento de não ser utilizada pela Câmara, ele sabia que na Casa, os recursos eram suficientes para dar uma resposta à população, era a opinião dele e cabia aos novos Presidentes que entrassem na Casa, rever aquelas questões lá e ele achava que estava bom demais, até aquele momento, ele achava; e lembrou que não era aquele o projeto que eles estavam discutindo naquele momento, a seguir, pediu a palavra, mais uma vez, o Sr. William de Souza Silva dizendo que ele ia ser breve, mas era importante o momento, porque eles viam tanto desabafo nos corredores e ele chegava lá e não via os Vereadores com o mesmo entusiasmo com que ele via nos corredores, e ele achava que o momento era oportuno, era bacana, era importante; agradeceu as colocações do Presidente, as explicações, mas ele não estava reclamando porque ele tinha se sujeitado àquilo e que antes dele ser candidato, ele não sabia dos valores, não sabia daquelas condições, e

que ele confessava que ele foi pego de surpresa com algumas faltas de estrutura que tinha na Casa, principalmente, para eles trabalharem lá como Vereadores, para exercer cem por cento, ele achava que a sociedade esperava de um Vereador, para dar o efetivo retorno, ele achava que estavam economizando demais e o Executivo estava usando demais também, ele reforçava que ele não concordava com aquela discrepância que tinha na forma de tratamento, eles não utilizarem os limites constitucionais que eles tinham direito, para devolver para o Executivo, e eles viam todos os cargos, os secretários, e eles eram cobrados lá igual a secretário, as pessoas iam lá, a população, e não estava acostumada, não tinha a cultura o suficiente de informação, de saber e que eles sofriam cobrança lá que fugia da alçada do Vereador, eles faziam indicações de lombadas, de outras coisas, que os secretários ficavam lá nos seus gabinetes, no ar condicionado e eles nas ruas atendendo às pessoas, lá nos seus gabinetes, eles sofriam reivindicações que os secretários deveriam solucionar, ele ganhava quase dez mil reais e eles com três e com assessor com salário reduzido, tinha de assoviar e chupar cana na Câmara, eles não tinham comunicação na Câmara, não tinha um jornal e o Executivo tinha um jornal, a Imprensa Oficial que, virava e mexia, divulgava os seus atos, e eles como Vereadores não tinham meios de comunicação para levar o que eles faziam lá, para a sociedade, então, não adiantava, não terem estrutura, não utilizarem, devolverem; disse que eles não tinham direcionamento daqueles recursos que voltavam, onde eram aplicados, mas eles sabiam que era claro que tinham outras áreas que precisavam, mas eles, também, tinham de estruturar aquilo, eles renovaram e estavam lá para isso e ele tinha ido lá para trabalhar e não tinha preguiça, mas ele precisava de estrutura, ele viu o Vereador Neguita reclamando que ele teve dificuldade de se alimentar, e se deslocando para Assembleia Legislativa, porque não tinha recursos, então, aquelas contenções que, também, eles tinham de deixar, porque a sociedade não sabia, achava que eles lá ganhavam muito bem e ele já tinha visto gente falando que ele ganhava quinze mil reais; disse que era claro que o valor era muito superior a muitos cargos públicos, como professores que não ganhavam o que eles ganhavam, mas o trabalho na Casa era pesado, não era simples, não, e eles eram carentes de estrutura e o salário estava defasado e discrepante ao Executivo e aquela herança ele achava que tinham de corrigir, eles estavam lá e não tinham de ter medo de corrigir aquela herança maldita que tinham herdado lá para deixar aquela discrepância, aquele enfraquecimento que tinham no Legislativo, aquela falta de estrutura que tinham no Legislativo; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos, que cumprimentou a todos, dizendo que ele queria deixar bem claro que

ele também era favorável à remuneração melhor dentro daquela Casa, dentro das normas possíveis, legais e ele esperava que todos soubessem, assim como ele tinha defendido os funcionários públicos e tudo o que estivessem ao alcance dele, poderia contar sim, e voltando um pouquinho, ele só queria deixar declarado que tinha sido uma conquista e que não era nenhuma derrota e que ele tinha assinado uma moção junto com o Sr. Adilson Abruhez e outros Vereadores, e tinha declarado que todos os vereadores tinham sido convidados para assinar aquela moção; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Presidente dizendo que ele só gostaria de ressaltar que a Câmara estava tendo uma estrutura muito maior do que tinha há alguns anos atrás, então, poderiam ter a certeza de que devagarinho ela ia fazendo as suas conquistas e com relação aos assessores que tinham sido nomeados por cada um dos Vereadores, o dele inclusive, por ele, o salário nem discutia, se aceitava era uma boa, se não aceitava pediria a conta, e ele estava falando do assessor dele; em seguida pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva, que cumprimentou a todos e disse que ele queria reforçar lá o seu apoio ao nobre Vereador Zidane, dizendo que ele concordava com ele, porque eles conversavam nos corredores, e ele era homem para dizer que ele apoiava aquilo e que ele não queria ganhar nada a mais além do que dizia a lei, e se dizia que era trinta por cento, ele achava que tinha de ser trinta por cento, e como o Zidane tinha falado, eles tinham dificuldade e ele mesmo em Jaguariúna se deslocava com o seu carro, e o carro da Câmara nunca tinha sido negado para ele quando ele precisou, então, aquilo gerava custo no carro dele, dava manutenção, e era aquele apoio que ele queria dar e reforçar aos demais Vereadores, caso houvesse uma brecha no jurídico, que fosse corrigida aquela lacuna e que eles ganhassem aqueles trinta por cento, como era a parte dos deputados, afinal tinham secretários ganhando quase dez mil reais por mês com uma estrutura enorme atrás deles, de pessoas para trabalhar e eles só tinham um assessor e o colocava para girar em tudo quanto era canto e era difícil, e eles não tinham verba de gabinete e se tivessem uma verba de gabinete supriria um pouco aquela dificuldade lá; disse que ele não estava defendendo, mas achava justo o que o Presidente ganhava, achava que ele tinha todo um trabalho na Casa, mas ele concordava com o Gerson que não seria nada de mais também se ele ganhasse igual, mas ele achava justo o que ele ganhava; a seguir, o Sr. Presidente disse que dando uma resposta ao nobre Vereador, afirmou que eles não tinham brecha para aumentar o salário deles naquela Legislatura, não havia a brecha e ele fazia, novamente, um convite aos nobres Pares que fossem até o Tribunal de Contas e escutassem da pessoa da Unidade, o responsável, o que ele já tinha escutado, não havia brecha para aumentar o valor deles e ele voltava

a dizer que aquilo seria discutido no último ano do mandato deles, para uma próxima legislatura, infelizmente, não tinham condições de fazer aquilo e se outro Presidente que assumisse no próximo ano quisesse fazer, ele ia aconselhar a ele a não fazer, porque ele iria ter uma responsabilidade lá ao assinar suas contas, mas ele fazia um convite a todos para irem até o Tribunal; disse que ele esteve lá pessoalmente, juntamente com a Sandra que era a Diretora do Departamento Financeiro, para discutir justamente aquela prerrogativa e tiveram uma negativa, e a questão do salário sempre havia uma isonomia nos valores, entre o Executivo e o Legislativo e os assessores também, além dos valores, todos sabiam quanto era, eles tinham outros benefícios que, às vezes, até alguns funcionários da Prefeitura não tinham; disse que eles estavam discutindo o projeto dos servidores da Câmara Municipal e não era dos Vereadores. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 016/2014, da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre substituição do Anexo I, da Lei nº 2.146/2013, que versa sobre o quadro de servidores da Câmara Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 4. Projeto de Lei nº 017/2014, da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a revisão geral anual dos valores dos subsídios dos Vereadores, consoante dispõe o art. 3º, da Lei nº 2.102, de 25 de junho de 2012 (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a” § 1º, do R.I.). O Sr. Presidente designou Vereador Luiz Carlos de Campos como relator Especial para examinar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinou a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em discussão o Projeto de Lei nº 017/2014, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez, dizendo que era lógico que lá era a Casa para todos discutirem, era o parlamento, mas ele achava que eles já tinham discutido o projeto, quando eles discutiram o projeto de lei dezesseis, eles acabaram discutindo o dezessete, então, ele achava que ia ficar um pouco cansativo discutirem tudo de novo, todas as situações; a seguir, o Sr. Presidente disse que ele iria ler os valores dos subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara e que o valor do subsídio do Vereador era quatro mil quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos e do Presidente da Câmara era de cinco mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva, dizendo que ele voltava a reforçar e frisar as suas colocações referentes àqueles subsídios e também ele concordava que o Sr. Presidente tivesse a representatividade da Câmara, tinha as atribuições que ele tinha e ele sabia que não era fácil, e disse que, também, ele não poderia discordar do Colega, o Vereador Gerson que todas as Câmaras

tinham aquela equiparação, mas ele, também, não poderia esquecer e que ele gostaria que o Sr. Presidente vivesse a realidade deles e ganhasse o que eles ganhavam e vivessem a realidade dele; disse que seria pouco para ele falar, para ver aquele tipo de situação e quanto ao assessor, ele achava que o assessor do Presidente tinha de sair mesmo, porque ele tinha todo o assessoramento pelo tempo de Casa e que, naturalmente, aquilo acontecia, aquilo para qualquer outro servidor público ou Vereador que já tivesse um tempo de comando, ele acabava tendo uma empatia maior, então, ele tinha de saber se teria assessor para fazer uma economia, disse que ele ia colocar uma moção de apelo para o Presidente devolver a diferença e ele estaria junto com aquela moção, para o Presidente devolver aqueles valores, mas ele não queria diminuir a importância do Presidente, o trabalho dele, a história dele frente ao Legislativo na Câmara, e ele só acha que ele entendia a questão que o Presidente tinha colocado referente a critério de legislação, de não poder mexer no salário dos Vereadores, de modificar de uma legislatura para outra, para vigorar para o próximo Vereador e o mecanismo era daquela forma, porque ele tinha uma função social que eles não poderiam legislar em causa própria, então, aquela era uma forma de equilibrar aquela questão e os deputados estaduais ou federais ou membros do legislativo não legislassem em causa própria, mas no dos assessores poderiam mexer, não havia impedimento, bastava ver a previsão orçamentária e, também, como o Presidente colocou uma questão de legislar em causa própria, daí ele ressaltava aos nobres colegas Vereadores que iam em desentendimento aos questionamentos que tinham colocado; disse que na hora de ir lá falar eles tinham de falar, reivindicar e colocar as questões, porque ele ia começar a questionar os Vereadores, porque na hora em que eles estavam discutindo ninguém falava nada, e que havia uma dificuldade, sim, em estruturar para empenhar o mandato, a Câmara ainda estava, sim, arcaica em muitas coisas, de implementar e dar mais condições aos Vereadores e se tivessem de discutir aquilo era o momento na questão da nova Presidência, e se o Presidente da Casa estava lá para administrar os recursos e dar condições melhores aos Vereadores e não estava acontecendo aquilo, eles tinham de discutir e não adiantava eles irem lá, os demais ficarem reclamando nos bastidores e ele falando, a função dele era aquela, ele não mandava recado, não falava por trás, porque o que ele tinha de falar, ele falaria na frente e se não estava bom para ele, ele estava tendo prejuízo no exercício do mandato e de representar pessoas, ele tinha de ir lá e expor; disse que era aquela a situação e ele queria dizer que tinha na Casa, desde o Quinzinho, salvo engano, tinha sido o primeiro veículo da Câmara, estava lá o seu Fernando que tinha entrado na Prefeitura com

dezessete anos e ia se aposentar junto com o Santanão, eles não tinham estrutura, e, sim, tinham uma Câmara que tinha recursos e não eram utilizados, e perguntou como verificavam aquelas questões e afirmou que era discutindo lá, com a Mesa, com o Presidente e rever melhor aquelas condições; disse que o veículo estava lá e eles batiam cabeça com o Vereador para ver quem ia usar primeiro; lembrou que o Neguita reclamou que ficou quase sem comer quando foi para São Paulo, porque não tinha recursos; o Bozó tinha apresentado uma lei, que era a lei do cinquentão, cinquenta reais para usar; o Sr. Presidente fez um aparte e disse ao nobre Vereador para que se ativessem ao subsídio e o Sr. William disse que aquilo era o ponto de vista dele; o Sr. Presidente, então, disse que se comesçassem a falar de abusos que existiam com recursos públicos, que não poderia, porque irem para São Paulo, então, ele achava bom o Vereador falar apenas dos subsídios dos Vereadores; o Sr. William disse que se o Sr. Presidente tivesse que falar qualquer coisa dele, poderia falar, porque ele não tinha o que esconder; o Sr. Presidente disse que ele não queria tomar uma medida austera no sentido de evitar gastos e se iam para São Paulo, que procurassem ir pela manhã para voltar na hora do almoço; e se ficasse lá, o que custava pagar o almoço do próprio bolso; o Sr. William disse que o Sr. Presidente não poderia se referir à pessoa dele; e o Sr. Presidente disse que era aquilo que ele queria limitar e se o Vereador não utilizou, ele também não tinha utilizado, e que ele nunca tinha gasto um dinheiro público para pagar almoço, na vida de Vereador dele, e que já fazia dezessete anos, e ele usava o carro dele até então, sempre usou o carro dele, e ele não estava diminuindo o recurso para ninguém, e que ele achava que se a pessoa ia almoçar e tinha um recurso para almoçar, o Vereador também tinha, mas que se quisesse almoçar em um restaurante de renome, ele que pagasse do bolso; o Sr. William de Souza Silva disse que ele concordava com o Presidente naquela colocação; o Sr. Presidente solicitou para que ele se ativesse ao projeto de lei, porque teriam o momento certo para discutir aquilo; o Sr. William Zidane pediu desculpas ao Sr. Presidente pela sua franqueza e que ele iria encerrar a sua fala e que ele falaria no momento da reivindicação, mas que no ponto de vista dele era mais favorável o Presidente da Câmara, tinha muito mais recursos do que o Vereador, se o Presidente gostasse ou não, ele ia fazer aquela reivindicação e que ficava muito mais favorável os recursos direcionados ao Presidente da Câmara e eles Vereadores tinham dificuldades no exercício do mandato e ele tinha visto vários Vereadores lá, a maioria, reclamarem da mesma questão, e ele lamentava aquela votação dos valores que eram votados os servidores da Câmara, que tinham servidores na Casa com discrepância salarial e gostariam

de ter um estudo melhor nos seus valores, porque trabalhavam, também, e movimentavam a Casa, tinham os assessores que também ficavam desvalorizados salarialmente, e não era questão de estarem contentes ou não e depois que entraram na Casa, viram a cara do trabalho, eles se depararam e ficaram chateados, muitos ganhando muito e muitos ganhando pouco, então, aquela era a reivindicação dele, mas ele votaria favorável ao aumento porque era melhor pingar do que não ter nada; agradeceu a atenção de todos; a seguir, o Sr. Presidente disse que ele só gostaria de deixar claro com relação ao subsídio dos assessores, que se pensassem em mudar a questão da assessoria, tinha de ver a questão também do grau de instrução do assessor, porque eles não exigiam grau de instrução para assessor, se fosse mudar valor, teria de mudar grau de instrução, daí ia complicar para um monte de gente e ele achava que estava bom do jeito que estava, então, era a opinião dele, poderia ser modificado, e ele falava de assessores pessoais e não dos outros da Casa, que passavam por concurso público, dentro de um edital da Casa, e, com relação aos assessores, era indicação do Vereador e cabia a cada um colocar aquele que ele achava condizente com o trabalho e que estava feliz com aquilo que ia receber pelo seu trabalho, e de duas uma, se não estava contente que saísse, ou se o Vereador estava sem estrutura, pegasse e renunciasse, se estava difícil, mas o trabalho estava sendo realizado; a seguir, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Tores que cumprimentou a todos, dizendo que ele só queria ressaltar o que o nobre Vereador Zidane tinha falado que, realmente, ele não sabia dos cinquenta reais, mas ele tinha ido até a sala do Presidente e conversado com ele e ele disse que eram cinquenta reais e se passasse daquilo, era para levar a nota no Financeiro que seria reembolsado, e ele estava com o Sr. Fernando, tinha faltado o estacionamento, ele tinha pago do bolso e tinha sido reembolsado; disse que na opinião dele, poderia ser diferente, poderia dar mais para o Vereador, porque sempre foi usado da seguinte forma: que se gastou ou não gastou, teria a nota e devolvia o dinheiro, mas se era ordem da Presidência, eles tinham de seguir; e na questão dos salários, realmente, como o nobre Vereador tinha colocado lá, todos lá reclamavam do salário, mas eles sabiam que existia aquela brecha, ele tinha falado inúmeras vezes lá, para irem até o Tribunal de Contas, para verem e fazerem dentro da lei, ele estava à disposição e se mais algum Vereador quisesse ir, eles poderiam ir para eles verem e se tinha aquela brecha que tinha lá, eles deveriam ver, então, se era um direito deles, eles tinham de ver; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Adilson José Abruhez, dizendo que lá ele não queria discutir se o subsídio do Vereador deveria ser maior ou menor e que cada um achava o que deveria ser e que cada

um, quando ele representava, ele tinha o mérito dele, e ele só usou a tribuna naquele momento para falar que o Neguita tinha falado que todos reclamavam, e ele gostaria de dizer que poderia ser até que um Vereador pudesse receber mais, mas ele nunca reclamou, pediu desculpas e falou que teriam de dar nome nas coisas, porque ele tinha um pensamento muito simples de que primeiro ele tinha ido para a população de Jaguariúna e pedido um cargo de Vereador para Jaguariúna e aquela população deu a ele aquele cargo que ele ficava muito honrado; em segundo lugar, disse que ele sabia quanto um Vereador recebia, qual era o subsídio do Vereador, e se ele fosse pleitear alguma coisa, e ele conhecia, como se ele tivesse ido pedir emprego em uma fábrica e ele conhecia os valores, ele não poderia no outro dia achar que tinha de mudar, e lá ele não estava desvalorizando nenhum Vereador, ele só estava colocando o seu princípio e o seu princípio era aquele, ele foi e pediu emprego para a Câmara, sabendo o salário que ele iria receber; aquele era o ponto de vista dele; segundo, disse que ele não discutia aquilo que não dava para ser discutido, a não ser a questão jurídica, de ordem de questões para irem para a justiça, mas a questão da outra ordem, de criar uma lei, de fazer no momento, então, ele não discutia, porque aquele assunto saía do stress dele, saía da pauta dele, porque o fato estava consumado, o que não tinha solução, solucionado estava, então, para ele era simples, ele achava que ninguém poderia valorizar mais um ou menos um, ele achava que em Jaguariúna um Vereador era um representante do povo e quem pensava que um Vereador ia três vezes por semana na Casa, à noite e aquela era a carga horária dele, estava enganado, um Vereador era um cargo público, um a pessoa pública que ele era citado, convocado no supermercado, no shopping, no futebol, onde ele estivesse ele era Vereador, vinte e quatro horas por dia; eram coisas diferentes do Secretário, que picava cartão, tinha horário, também, e depois das cinco, se ele não quisesse conversar com mais ninguém, ele não conversava, eram coisas diferentes, e ele só queria dizer que o princípio era aquele, não tinha como a Mesa fazer aquilo e que a Câmara estava fazendo um bom trabalho, estavam discutindo, ela dava de cem a zero, não era parâmetro para falar da outra Câmara, daqueles que estiveram lá, daqueles que já tinham ido embora e que o desculpassem os que ficaram, porque o povo entendeu que eles mereciam voltar para a Câmara, e nem falar lá que eles estavam de dez a zero ou cem a zero e com isso a Câmara teria moral suficiente para chegar na época correta e fazer os reajustes que ele achava que um Vereador merecia, e para ele era uma discussão simples, até aquele dia de seis meses antes da eleição, teriam de acatar, a não ser que tivesse alguma abertura jurídica; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Gerson Antonio dizendo

que ele só queria falar a respeito da verba para São Paulo; ele, também, nem gostava de ficar saindo de Jaguariúna para ir para São Paulo, e das vezes que ele foi, não foi para passear e sim para trazer recursos ao Município; disse que foram os trezentos e cinquenta mil que ele e o nobre Vereador tinham conseguido e a ambulância, que na volta, também, até tinha acabado a gasolina da ambulância, então, aconteciam imprevistos; se o Vereador tivesse de ir para São Paulo e ficar procurando lugar que daria para ele comer ou não daria para ele comer, ele não queria ir para São Paulo, ele não estava indo lá para passear, porque quando ele ia, ele ia para trazer recursos e melhorias para a cidade; então, o tempo que ficava lá segurando o dinheiro e se a pessoa ia lá e trazia o retorno, aquilo tinha de ser analisado, e falando dos assessores, disse que a assessora dele tinha qualificação para estar na Casa, tinha duas faculdades; o Sr. Presidente disse, naquele momento, que era isso que ele estava falando, que na portaria deles não era, não tinha e que existia uma ação por parte do Ministério Público, que eles estavam pegando no pé dos assessores e se eles fossem mexer com aquilo, naquele momento, eles estavam exigindo que tivesse nível superior, era que eles não estavam rodando as Regiões que eles faziam, os Presidentes das Associações, das Câmaras, não estavam vendo o que estavam acontecendo com os assessores, então, tinha de tomar cuidado para mexer; o Sr. Gerson disse que tinha entendido e que ele não estava reclamando não, e que ele achava que daquela forma, também, tinha de ser feito na Prefeitura para colocarem pessoas mais qualificadas lá; o Sr. Presidente disse que na Prefeitura tinha qualificação; o Sr. Gerson Antonio disse que, porque a pessoa fazia, errava lá com o dinheiro público e era uma tentativa, e naquela tentativa tinha errado e perdido muitos mil reais; o Sr. Presidente disse que ele estava falando que estavam pegando no pé das Câmaras Municipais e que era aquele o problema e que o foco maior era a Câmara Municipal e que tinham Câmaras que tinham de diminuir assessores, em Campinas, Valinhos, Vinhedo, por exemplo, era só uma questão de informação; solicitou para que se ativessem ao projeto de lei; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco, que cumprimentou a todos e disse que ele só queria ressaltar a colocação do nobre Vereador Zidane que eles sempre estavam, nos corredores da Casa e, às vezes, eles tinham um jeito de falar pouco, mas ele queria registrar o apoio dele, também, porque, na atualidade, o ponto de vista dele, ele, também, achava que era pouco aquilo, pelo trabalho que eles tinham, pelos paus que eles tomavam nos gabinetes e nas ruas da cidade, era igual o nobre Vereador Adilson tinha falado do Secretário que ganhava o dobro, quase “dez paus” e picava cartão das sete às cinco, e o povo, muitos deles não conheciam os próprios secretários,

então, naquela parte ele achava que era pouco, porque eles estavam no sábado, no domingo, e sempre ouvindo da população; então, ele ia lá no púlpito dar uma sugestão para acabar a equiparação do salário, que não tinha brecha na Lei, o Tribunal de Contas, então ele sugeria para que eles se reunissem e falassem para os secretários, para se mexerem, porque tinham muitos que davam conta, mas tinham muitos braços curtos, também; então, tinham de se reunir e atender aos pedidos que a população levava para eles nos gabinetes e o que eles acolhiam nas ruas, para estarem atendendo às indicações deles, os requerimentos, para tudo estar acontecendo redondinho, para eles chegarem em casa e dormir, acordar arrumado para trabalharem no outro dia, então, era só isso, ele achava que era pouco, estava de acordo com os demais Vereadores e ele colocava o pensamento dele lá, e também, disse que ele ficaria confortável se os secretários estivessem atendendo não só os pedidos deles, mas os pedidos do povo, da população, porque eles estavam lá, não era para ficarem caçando, procurando, mas, principalmente, porque eram as pessoas que levavam os pedidos para eles e eles estavam lá representando, e tinham de chamar a todos para reunirem os secretários e pedirem uma forma maior deles para melhorar aquilo. A seguir, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que queria deixar sua opinião, também, primeiramente, fazendo uma ressalva, se ele tivesse errado, secretário não picava cartão, nem secretário, nem diretor, nem assessor, chegava a hora que queria e saía a hora que queria, e ganhava dez mil reais, e diante de manifestações no Plenário, disse que ele não picava, e que não tinha horário, mas que deixava claro isso, porque a lei trabalhista não previa isto, e diante de mais manifestações no Plenário disse que a lei não dizia isto, e que estavam seguindo a lei; disse, também, que respeitava a posição de todo mundo, e disse que o direito não era uma ciência exata, e que ouviam bastante, o que estava na lei, muitas vezes era modificado nos tribunais, em primeira, segunda, e assim ia, e disse ao nobre Presidente que respeitava a opinião dele, mas não seriam eles que iriam decidir, e que dependiam da Mesa para fazer a lei, e que se fizesse a lei, mesmo que fosse reprovada ou não fosse aprovada, ou fosse vetada, encaminhava-se ao judiciário e o judiciário decidia, não eram eles, não tinham esse tipo de capacidade, e que poderiam ter um entendimento, mas não tal capacidade, e que a verdade ali não era plena, tinham seus entendimentos, tinham que ser respeitados, e que entendia que cabia até ter a boa vontade de chegar num acordo, de ser discutido, setenta por cento, vinte e cinco, vinte e sete como foi feito quando instituída a lei pelos Vereadores que instituíram, e que tinham que ter o respeito sobre isso, mas também era uma boa discussão, e com relação à estrutura da Câmara, era uma estrutura falha

para os Vereadores, realmente, faltavam coisas, entendia a preocupação com o Tribunal de Contas, até pelo que passou pela família do Prefeito, que hoje estava, porque o Tribunal de Contas era complicado, realmente, e que chegava ao Tribunal de Contas ele falava uma coisa, mas não punha no papel, e aí se fazia, e aí tinha problema, e que também entendia, mas também tinha que ter um pouquinho de boa vontade, e um pouquinho de querer fazer, e que cinquenta reais, realmente, sabiam que era pouco, mas tinha o reembolso, mas eles tinham reunião com deputados, e que tinham que ter um pouco de parâmetros, mas que não podia ter esse tipo de discussão acalorada, tinha que sempre tentar melhorar e principalmente, entre eles; disse que existiam os momentos, existiam suas falhas, principalmente, ele que atormentava todo mundo, e que sabia disso pois tomava xingo de todo mundo, toda hora, principalmente do Neguita, mas disse de procurarem se reunir, procurarem estudar, procurarem uma brecha, mas todo mundo com boa vontade; disse que sabia que eles pediam para o Secretário, e não atendia, e que às vezes não atendia porque ele era mandado pelo Prefeito, não dava para fazer, e que não sabia, se tinha dinheiro ou não tinha dinheiro, mas disse de tentarem todo mundo junto melhorar a Câmara, até pela imagem da Câmara perante a sociedade, porque ficava melhor para eles atenderem e que era o que ele tinha a dizer e desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo ao nobre Vereador Adilson que ele tinha muita admiração por ele, um respeito imenso pelo seu trabalho, mas que ele queria respeitosamente discordar de uma posição do Vereador, e que achava que todo mundo tinha direito de buscar uma nova estrutura desde que dentro de uma legalidade, e que o Vereador tinha falado e ele concordava com ele, que quando eles entraram eles sabiam qual era o salário, como era o trabalho em si, mas naquele momento não queria fazer motim nenhum, e era como o Fábio tinha dito, tinha que sentar e chegar num denominador comum que fosse bom para todo mundo, e que achava que não era porque, e não era o caso do nobre Vereador Adilson, e que não era porque estava bom para ele, tinha que estar bom para o Zidane, para os demais, e que achava que era mais ou menos isso daí, e como o Fred tinha dito que ele não rasgava dinheiro, e que ninguém rasgava dinheiro ali, e tinha certeza que se tivesse um reajuste de mil reais no seu salário não iria devolver, porque achava que quatro mil e poucos estava bom para o Vereador, e que achava que era isso aí, tinha que estar bom para todo mundo, e que nada e ninguém estava ali querendo nenhuma ilegalidade, só o que era de direito, e se eram trinta por cento, receberiam o trinta por cento e acabou, e que ficava bom para todo

mundo; desejou boa noite e agradeceu; o Sr. Presidente disse a respeito da estrutura da Casa, para quem achava que ele tinha um privilégio por ter funcionários a mais à sua disposição, ele estava como Vereador e também como Presidente da Câmara, agora, e tinha a mesma estrutura que os nobres Pares, e que se alguém achava que alguém fazia alguma coisa a mais para ele, podia ter certeza e falar para eles que isso não existia, e que era a mesma estrutura que eles tinham, e que se alguém achava que as pessoas o atendiam mais, podia ser pelo seu jeito de pedir e de solicitar há dezessete anos, e que graças a Deus, há dezessete anos na política ele só abriu portas, inclusive com a outra administração, só deixou portas abertas, sempre foi bem atendido, pela sua forma de ser e de solicitar, e que ele nunca mandou, mesmo como Presidente ele nunca mandou, pediu e sugeriu, e que ele tinha todas as prerrogativas de querer mandar, e que sempre pediu, e que pela sua forma de pedir que as pessoas lhe atendiam muito mais rápido, mas tinha certeza que ele tinha menos projeto que vários Vereadores ali, menos indicações, menos requerimentos, e que ele não sabia onde a Câmara estava trabalhando para ele, estava trabalhando para todo mundo, e que achava que o que ele tinha à sua disposição, para cuidar dos problemas que lhe procuravam como Presidente e Vereador era a sua assessora a Marta, e graça a Deus ela vinha dando conta e resolvido os seus problemas; disse que com relação aos Secretários que foram ditos ali, ressaltou que ele tinha a maior amizade com todos, respeitava a todos, e que achava que ninguém estava fazendo corpo mole, braço curto e que estava dentro da estrutura que estava tentando executar o seu trabalho e que sabia que todos ali corriam bastante e dando o sangue para tentar modificar esta estrutura herdada, também, novamente; a seguir, pediu novamente a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, novamente, dizendo que iria encerrar a sua discussão e que não iria mais se pronunciar e que achava que o assunto já tinha surtido bastante efeito e que ele tinha ficado contente de não só ter visto as manifestações nos corredores de vários Colegas Vereadores vindo na tribuna e colocando suas posições, e que ele tinha ficado, não por ele, mas ele ficou contente de ver e observar no decorrer do mandato que muitos tinham as mesmas dificuldades que eles, e viu ali, teve a coragem de ir, fazer, não discriminava quem não veio, porque talvez deveria ter seus motivos ou talvez não tivesse passando os mesmos problemas que ele ou algum dos Vereadores que tinham ido na tribuna e se manifestado, e que respeitava a todos, inclusive o Sr. Presidente e em momento algum ele quis ali, fugia de seu feitio ofender a personalidade, a moral de cada pessoa, e que ele, também, se preparou para estar ali, discordava em partes, também, das colocações do nobre

Vereador Adilson, porque ele sabia da responsabilidade, do salário de Vereador, e que sabia até porque não tinha sido aprovado, e que ficou sabendo há poucos, após o ingresso no mandato que havia uma lacuna jurídica e que podiam discutir no Judiciário, e sim o Judiciário decidir se tinha direito ou não do aumento, e que não viu motivação e nem interesse do Sr. Presidente de levar esse questionamento para o Judiciário, e que colocou com o Jurídico num momento oportuno tal questão, mas ela ficou parada, e que alguns Vereadores, até aquele dia, comentavam sobre o assunto, mas que ele gostaria de se colocar à disposição, e que ele tinha estudado tal questão, e que achava que era uma questão que poderiam levar ao Poder Judiciário, seria de grande valia para eles, Vereadores, aquela questão; o Sr. Presidente pediu um aparte e disse que ele tinha ido atrás, e que voltava a dizer que ele não iria ser a pessoa a conduzir um projeto desses na Casa e que ele teve a oportunidade de estar com a Sandra, ouvindo o clamor deles, Vereadores da Casa e foi até o Tribunal de Contas e a negativa foi concreta, e que a responsabilidade não era da Mesa, era somente do Presidente, era responsabilidade dele, e que enquanto ele fosse Presidente ele não iria apresentar um projeto alterando, e que a Mesa eram quatro Vereadores, da maioria poderia ser sugerido o projeto de lei e que se quisessem sugerir à vontade, assim como o Vereador, também, que tinha a maioria para poder sugerir um projeto de lei, enfim, querendo rever os valores, mas cabia a discussão na Casa, e que da sua parte não iria haver, e que tinha deixado isso claro para o nobre Vereador porque ele já esteve no Tribunal de Contas vendo esta questão; o Sr. William de Souza Silva disse que só queria colocar um aparte, também, mas o Sr. Presidente disse que a fala era do Vereador, e este continuou dizendo de até esclarecer aos Vereadores que ele não seria também irresponsável de propor uma situação ilícita ou ilegal ou não prevista na legislação, mas que ele só achava que havia um equívoco de entendimento, disse ao Sr. Presidente, e que se o Presidente foi no Tribunal de Contas pelo seu entendimento, pelo estudo que ele fez da questão, e perguntou se ele perguntou ao Tribunal de Contas se eles poderiam mexer nos valores na Câmara após o período que a Legislação determinava que era só na Legislatura anterior para vigorar nesta, e que era claro que o Tribunal de Contas iria falar que não, a legislação estava aí, era expressa, estava ali, não preenchia os requisitos e não podia; disse que a questão que tinha colocado em discussão, que os nobres Vereadores concordavam com ele, e vários deles tinham entendido, que houve na Legislatura passada um vício, um erro na votação pelos Vereadores passados que eles colocaram um percentual e colocaram outro, e essa falha na Legislatura passada, daria a possibilidade deles discutirem com o Judiciário se

eles teriam direito ou não, e não impedia ao Sr. Presidente de nada, não comprometia ao Sr. Presidente no exercício de seu mandato como Presidente, e no seu entendimento se o Sr. Presidente estava querendo se precaver demais no exercício do mandato, preservando seus direitos em excesso, porque a discussão seria do Judiciário, se a Juíza ou o Juiz decidissem que tinha direito o Vereador, o Sr. Presidente não seria punido em nenhuma esfera, administrativamente falando e que esse era o medo do Sr. Presidente a questão do Tribunal de Contas porque foi o Judiciário que mandou, e que ele não pedia, o Judiciário mandava, e ele colocou a questão para eles, e que o Sr. Presidente se eximiria de qualquer responsabilidade no exercício do mandato como Presidente, que o Judiciário iria julgar o vício e a dúvida no momento da legislatura passada e que foi isso que foi colocado para os Vereadores e que não foi a questão... mas, se o Sr. Presidente fosse até o Tribunal, e perguntasse se ele poderia mexer no salário do Vereador, ele iria dizer que não, porque era só nos seis meses antecedentes para a próxima legislatura, e repetiu que o que levou para os Vereadores de uma forma pensada e estudada e discutida com outras Câmaras e com alguns advogados, era a possibilidade deles sentarem com o Jurídico da Câmara e levar para o Judiciário essa brecha que os Vereadores da Legislatura passada tiveram; disse que no entendimento deles, do seu, até por ter formação jurídica, entendia que aquilo podia ser discutido, e que o Presidente o tinha colocado até como irresponsável indo contra a legislação; o Sr. Presidente, Alfredo Chiavegato Neto, pediu mais um aparte, dizendo que fazia parte da legislatura passada e que não houve brecha, e que o valor era o valor real; o Sr. William de Souza Silva disse que tinha verificado, conversado com o Jurídico e que havia uma situação lá que dava dúvida, e que se dava dúvida o Judiciário estava aí para julgar, e que eles nem entraram no Judiciário, não exerceram um direito deles, que era de pedicionar, e que era só isso, disse ao Sr. Presidente, e que respeitava todas as colocações dele, e que no seu entendimento o cargo de Presidente da Câmara estava aí para administrar a Câmara Municipal, incluindo os interesses dos Vereadores, administrando de melhor forma os recursos que eram destinados para a Câmara para melhorar o trabalho de cada Vereador, primando no interesse público, e em momento algum pediu privilégio, gostaria de deixar bem claro, e que não gostaria de excesso de tratativas, nem de excesso, era totalmente contrário aos excessos, e que não iria falar ali que Vereadores fizeram, mas ele viu, também, matérias e leu em jornais, e que na legislatura passada Vereadores se excederam nessas verbas, nesses recursos utilizando no exercício do mandato, e que era contrário aos excessos, mas não poderia deixar, também, de reclamar

do excesso de precaução, querendo se blindar, disse ao Sr. Presidente, e deixar os Vereadores passando dificuldades, e que o Vereador assumiu como ele, e como o Sr. Presidente tinha lhe questionado, que se o Vereador não estivesse contente que renunciasse, e que ele, Presidente, também assumiu o compromisso quando quis ser Presidente para administrar todas as demandas de todos os Vereadores que estavam ali, e que não adiantava a presidência prender os recursos e deixar os Vereadores com dificuldades, e eles não atenderem, e entre outras coisas disse, também, pedindo desculpas de sua franqueza, que cabia a eles, Vereadores, decidir o que não estava legal, porque o Presidente não era soberano, soberano era o Plenário, e que eles discutirem ali em Plenário e questionar o Presidente de uma forma legal e não era pessoal e jamais ele iria no caráter pessoal do Sr. Presidente que ele não tinha nada contra a sua pessoa, e ele sabia muito bem que ele tinha um carinho, inclusive com a família dele e pelo próprio Presidente, pessoal, só que ali eles eram adversários e que não estava ali para também ser demagogo, participando de um processo político, e em determinado momento eles iriam ali divergir em suas opiniões, e que não queria dizer que ele era contra a pessoa do Sr. Presidente, e que agora eles se reuniam e de uma forma clara, objetiva e democrática, teriam que provar esses direitos, se tinham ou não, para eles modificarem tal situação, e que não adiantava eles ficarem reclamando nos bastidores e muitas vezes tinha defendido ao Sr. Presidente quando as pessoas falavam nas costas dele e não tinham coragem de vir e falar com o Sr. Presidente como ele tinha feito, e ele gostando ou não era a sua postura; disse que era isso, e que não estava pedindo o privilégio e nem excesso de prerrogativas e todas as vezes o Sr. Presidente tinha mencionado que ele ia para São Paulo, e que talvez o Sr. Presidente ou outros Vereadores não precisavam ir, já tinham um conforto político dentro da Cidade que não precisava martelar tanto e dar, pediu desculpas pelo termo, “canelada”, como ele que tinha chegado agora, se deslocar para outros municípios e falar com o deputado, ir em Secretarias de Estado, e que o Secretário não iria vir na cidade falar com ele, ele teria que se deslocar até o Secretário em São Paulo, aguardar, tomar canseira, como tinha feito na semana anterior até com recursos próprios, a questão de drogas como ele tinha mencionado, pediu para o Secretário de Segurança Pública que eles tinham que tomar uma providência, inclusive discutir com as polícias do Município, e que teve que fazer e não dava para ele ficar ali porque o cara não iria vir até aqui, então, tinha que se deslocar; disse que ele não tinha conseguido colocar na Câmara o que seria necessário para ele utilizar isso, e que o Sr. Presidente prendesse os recursos e não desse a possibilidade de discutir, aí ele só não

deixava nas costas do Presidente, como também lamentava com os demais Colegas que eles precisavam ali discutir o que era melhor, e que estava colocando sempre ali o interesse público, não queria prerrogativa, e que não queria ali tratativa e nem abusar de dinheiro público e ter privilégio, sair curtindo com o dinheiro dos outros e que sabia da sua responsabilidade de estar ali lidando com o dinheiro público, como os Colegas também sabiam; disse ao Sr. Presidente que, finalizando, foi esse o seu questionamento, fugia de qualquer caráter pessoal, qualquer parlamentar ali, e sim institucional, defendia os assessores, sim, havia possibilidade de mexer, bastava ter o orçamento, eles mandarem o orçamento para o Executivo, que eles iriam utilizar tanto, o Executivo mandar os valores e eles mexiam nos subsídios, e que a Prefeitura não tinha esse critério, e que era só com os Vereadores que a regra era rígida, e que não estava entendendo, e que não via isso em outras Câmaras, e que os Vereadores foram com ele em outras Câmaras e não viam isto, não tinham verbas de gabinete, muitos Vereadores ali não tinham formação jurídica e que muitas das vezes queria questionar o Presidente até com mecanismo jurídico, remédios constitucionais e que ele não tinha um jurídico próprio, e que gerava custos num processo, gerava custos e não tinham um jurídico que facilitaria o exercício do mandato, um jurídico, não da Câmara, e que não estava ali questionando o Jurídico da Câmara, um jurídico próprio que estaria ali à disposição para esclarecer dúvidas, estudar um projeto importante que eles tivessem dúvidas, e que havia, sim, a carência de estrutura, e que havia, sim, várias situações que eles poderiam mudar, e que contava com o apoio dos Vereadores de uma forma democrática, correta, sem ofensas pessoais, e no momento que ele tivesse que discutir com o Presidente ele estaria ali para votar em qualquer um, e que não tinha ali pretensões, não queria apagar a imagem de nenhum político e nem daqueles que tinham uma história, mas que gostaria de estar ali para discutir e fazer uma coisa bacana e democrática junto com eles, de votar ali, e entre outras coisas disse que o Presidente estava ali para administrar a Câmara e que a Câmara não era pessoal do Presidente, e que o Presidente não era soberano ali para fazer o que queria e não dar a possibilidade deles discutirem, e que se reuniam e iam, se estivesse ruim, tinha que mudar, e que o recurso tinha, porque não utilizavam? A prestação de contas para a sociedade cada Vereador era responsável, e que se eles tinham verba de gabinete, utilizavam e prestavam contas, se eles gastassem lá, fossem no mercado com carro oficial fazer média, eles iriam ser punidos pela sociedade, e que a opinião pública estava ali; o Sr. Presidente disse que não podia ter verba de gabinete, não podia ser instituída; e que eles ficavam imaginando umas coisas, e pediu

para que se ativessem ao projeto de lei, e que eles ficavam imaginando uma coisa que eles poderiam ter e não iriam ter, não podia ter, não iria ter verba de gabinete, e que era o que eles tinham na Casa, o que eles tinham na Casa, hoje, e que iriam trabalhar assim; o Sr. William de Souza Silva disse ao Sr. Presidente que estava bom, e que ele era voto vencido, ele não conseguia, o Sr. Presidente tinha maioria, e o Sr. Presidente disse que ele não tinha a maioria; o Sr. William de Souza Silva disse que ele não tinha porque não queria, porque ele assinaria, se ele tivesse no lugar do Presidente, e como ele não estava e se colocava em seu lugar, mas se ele tivesse, ele não teria medo, que ele saberia o que estava fazendo, e que tinha como colocar sim, e estava à disposição para provar; o Sr. Presidente disse que fazia o convite, novamente, que era para eles irem a quem de direito, especulassem a respeito da verba de gabinete, também, e que sugeriu a verba de gabinete em detrimento ao valor do subsídio, e que não podia; a seguir, pediu a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que pediu a todos para chegarem num acordo, e que existia uma situação que era o Presidente colocar uma lei pedindo aumento, e que isso era uma coisa, e que achava que o que o Zidane quis dizer era que eles tinham um percentual da legislatura passada e um valor que não correspondia ao percentual que tinha, e que era isso, e que achava que o que o Zidane propunha, não era que o Presidente fizesse a lei modificando isso, e não sabia se tinha entendido que era isso, mas que eles fizessem uma consulta para que eles pudessem saber se era possível ou se não era possível, e a partir daí, se eles tivessem uma resposta positiva, ótimo, se eles tivessem uma resposta negativa, ficariam na mesma, e que achava que era isso, e que era o que ela tinha entendido, mas podia estar errada; a segunda questão, era que em relação ao Secretário, e ela já foi Secretária, já esteve do lado de lá, e já esteve do lado de cá, e que o Secretário tinha, sim, que estar disponível vinte e quatro horas e que estava lá escrito na função do Secretário, e que o Secretário que não ficasse estava errado, ele tinha que ficar; disse achar que o secretariado que existia, hoje, existia, sim, secretários que tinham pouca vontade, e que não era de atendê-los, mas atender aquilo que precisava, e que hoje existia uma falta de informação dos serviços, existia uma falta de articulação entre as próprias secretarias, e que isso precisava ser melhorado; disse que a questão da Câmara, achava que precisava sempre ser revisto aquilo que podia ser melhorado do orçamento que tinha, e que achava que era isso que eles estavam discutindo, que era uma questão de bom senso, mas que eles podiam fazer isso numa reunião a parte para estarem discutindo todas as questões, e que era sua opinião; desejou boa noite agradeceu. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 017/2014, da Mesa da

Câmara Municipal, que dispõe sobre a revisão geral anual dos valores dos subsídios dos Vereadores, consoante dispõe o art. 3º, da Lei nº 2.102, de 25 de junho de 2012, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 001/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre majoração do salário mensal dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, do R.I cc Art. 42 da LOM.) Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 2. Projeto de Lei Complementar nº 002/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre majoração do salário mensal dos servidores públicos municipais, substitui anexos da Lei Complementar nº 209/2012 (Regime Jurídico Único Estatutário), e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, do R.I cc Art. 42 da LOM.) Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Presidente**

**Vereador Adilson José Abracez**  
**Vice Presidente**

**Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco**  
**Primeira Secretária**

**Vereador Ângelo Roberto Torres**  
**Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

